

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 17-4-2019.

---

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Billy Haag, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Nelcir Tessaro e Reginaldo Pujol. Foram apregoados os Ofícios n<sup>os</sup> 291 e 292/19, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, os Projetos de Lei do Executivo n<sup>os</sup> 003 e 004/19 (Processos n<sup>os</sup> 0167 e 0168/19, respectivamente). A seguir, foi promulgada a Lei n<sup>o</sup> 12.527 (Processo n<sup>o</sup> 1116/17). Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Prof. Alex Fraga, André Carús, Marcelo Sgarbossa, Nelcir Tessaro, Airto Ferronato, Adeli Sell, Hamilton Sossmeier, Felipe Camozzato, Cláudio Janta, João Carlos Nedel e Mauro Pinheiro. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mendes Ribeiro, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1<sup>a</sup> sessão, os Projetos de Lei do Legislativo n<sup>os</sup> 018 e 030/19 e o Projeto de Resolução n<sup>o</sup> 009/19; em 2<sup>a</sup> sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo n<sup>o</sup> 026/18, os Projetos de Lei do Legislativo n<sup>os</sup> 175, 178, 187, 188 e 192/18 e 002, 003, 011, 015, 016, 023, 028 e 041/19 e os Projeto de Resolução 049/17 e 004/19. Às quinze horas e vinte e quatro minutos, em face de deliberação do Colégio de Líderes, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mônica Leal e Mendes Ribeiro e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1<sup>o</sup> Secretário e pela Presidente.

---

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Promulgo a Lei n<sup>o</sup> 12.527/19, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que institui o Programa de Incentivo à reserva de vagas de emprego para pessoas idosas nas empresas privadas no município de Porto Alegre.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Muito obrigado, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, Presidente desta Casa Legislativa; uma boa tarde às senhoras e aos senhores que acompanham os nossos trabalhos e discussões na tarde de hoje,

vereadores e vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara. Ontem à tarde, nós tivemos, na Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE, uma reunião para tratar de um tema bastante sensível à nossa Cidade. O secretário de Educação, Sr. Adriano Naves de Brito, compareceu pela primeira vez nos nossos trabalhos, o que foi muito bom, porque, até então, não tínhamos contado com a figura do Sr. Secretário nas outras reuniões. Eram encaminhados alguns assessores para acompanhar e participar da reunião, mas nessa o secretário estava presente. O nosso assunto era sobre a questão das escolas de educação infantil conveniadas com a Prefeitura de Porto Alegre. É uma obrigação legal, uma imposição legal oferecer às nossas crianças, a partir dos quatro anos de idade, a educação. O nosso Plano Municipal de Educação estabelece que nós teríamos, em 2016, a universalização da educação infantil para a faixa etária a partir dos quatro anos. Não temos a universalização. Se todos os pai e mães que quiserem escolas para suas crianças de quatro a seis anos buscarem a Prefeitura Municipal, provavelmente alguns colocados em fila de espera aguardarão por longos períodos, se é que a vaga um dia virá. Existem mais de 200 escolas conveniadas na Prefeitura Municipal, enquanto a rede própria do Município conta com pouco mais de 40 instituições. Esse é o modelo adotado para a oferta de educação pública para nossas crianças. Numa rede, 44 são escolas públicas e estatais que ficam sob o guarda-chuva e a responsabilidade direta da Secretaria Municipal de Educação. O restante das vagas, mais de 200 – se não me engano, são 227 atualmente –, são de instituições que têm conveniamento, portanto recebem repasse da Secretaria Municipal de Educação por aluno, por estudante. Eis que nós tivemos, desde 2017, mudanças nos critérios e ajuste ao marco regulatório. A questão toda é a seguinte: as instituições conveniadas estão muito inseguras com relação ao próximo edital que o secretário afirmou que será lançado pela metade do ano e que abrirá as inscrições pelo final de 2019. Existem instituições que já operam, já oferecem o serviço para as nossas crianças há 30, 40 anos; outras, obviamente, mais jovens, mas a situação de insegurança está preocupando todas elas. Instituições que operam com os seus equipamentos, com prédios próprios poderão perder o credenciamento, se não cumprirem as exigências da Secretaria. A grande indignação com relação aos representantes que aqui, ontem, fizeram falas foi com relação à falta de diálogo e falta de abertura de informações. Tudo está acontecendo às escuras e, portanto, preocupando os dirigentes dessas instituições.

Uma outra reivindicação muito grande foi com relação ao repasse insuficiente que faz com que as contribuições voluntárias solicitadas às famílias sejam necessárias. Eis que, pelos muitos relatos que recebemos ontem, junto com a papelada para encaminhamento das crianças a essas instituições, a SMED entrega também um formulário com diretrizes, determinando que não aceitem cobrança, que não paguem, ou seja, uma orientação a não contribuir voluntariamente com elas. Nós ouvimos categoricamente que os valores são insuficientes; e que é necessário, uma contribuição por parte das famílias que tenham possibilidade. Portanto, a justificativa trazida pelos diretores e diretoras dessas escolinhas é pertinente. Nós precisamos que Secretaria Municipal de Educação mude a sua forma de comunicação, que instrua que a cobrança compulsória é proibida, mas que a cobrança... a cobrança não, mas a sugestão de

participação dessas famílias que têm possibilidade de arcar com algum recurso contribui significativamente para a manutenção desses equipamentos.

Eu gostaria de manifestar a minha tristeza com relação ao final da fala do secretário, que afirmou que o dinheiro que é repassado para essas escolas dá para custear as despesas. Nós sabemos, acompanhamos esse caso desde 2015, que o repasse é insuficiente. Boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB):** Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; utilizo o espaço de liderança do nosso partido para fazer uma manifestação a respeito do edital de chamamento público sobre a gestão das unidades de pronto atendimento da Lomba do Pinheiro e da Bom Jesus que foi anunciado ontem pelo Poder Executivo. Ao mesmo tempo, também quero fazer uma ressalva, porque o Sindicato dos Municipários de Porto Alegre, e aqui não quero generalizar, mas existem alguns personagens do sindicato, algumas caricaturas que permanecem perseguindo, lançando factoides contra os vereadores. Vou dar nome, só não vou dar o CPF porque não sei: coordenador Jonas Reis, que ontem distribuiu um vídeo por toda a rede, na internet, WhatsApp, Facebook, entre outras, dizendo que havíamos cancelado a reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente que iria debater o tema do chamamento público para gestão dos prontos atendimentos da Bom Jesus e da Lomba do Pinheiro. Mentirosa foi, Vers. Hamilton, Tessaro, Paulo Brum, que integram a comissão, a colocação desse cidadão, desse cabo eleitoral confesso, desse militante partidário, filiado – para isso, ele está sempre pronto; agora, para representar os municipários, nem sempre –, já que nós apenas transferimos a data da reunião da COSMAM sobre essa pauta para o dia 14 de maio, justamente para que tivéssemos mais subsídios e participássemos ontem, no mesmo horário, do lançamento do edital que foi anunciado pela Secretária Municipal da Saúde no Paço Municipal. Além de o Sr. Jonas ter distribuído esse vídeo por toda a internet, não satisfeitos, os representantes do sindicato se dirigiram à Mesa Diretora e solicitaram uma audiência pública sobre o tema, o que é válido e, sendo feito dentro das regras que estão colocadas no Regimento, não há problema. Fica aqui o convite, já que todas as reuniões da COSMAM são abertas ao público e todos têm oportunidade de participar e se manifestar: no dia 14 de maio, terça-feira, às 10h, como de praxe, estaremos promovendo mais uma reunião da COSMAM especificamente sobre a pauta dos prontos atendimentos. Também quero deixar claro, Ver. Mauro Pinheiro, que todas as solicitações de pauta recebidas pelo Conselho Municipal de Saúde nós acolhemos. Na COSMAM, Ver. Oliboni, não se tem uma postura pró-governo ou antigoverno. Na COSMAM, enquanto nós estivermos ali reunidos, sob a nossa direção, nós teremos uma posição plural, sejam as pautas favoráveis ou contrárias ao governo. Estamos acolhendo todas, inclusive as dos

vereadores da oposição, inclusive as do Conselho Municipal de Saúde, que, muitas vezes, no seu papel legítimo de controle social, aborda alguns temas que não são tão confortáveis para a gestão. Nós entendemos que é preciso aprofundar o debate. O que nós não podemos mais admitir são os factoides e uma perseguição jocosa, uma perseguição antidemocrática, uma perseguição covarde que alguns dirigentes do Simpa, Ver. Moisés, têm feito em relação a alguns vereadores desta Casa. Mais do que aos vereadores, têm feito a comissões permanentes, que tem uma representatividade proporcional garantida. Quero registrar o meu repúdio e deixar bem claro para aqueles que receberam, assistiram a esse vídeo do Sr. Jonas, cabo eleitoral e filiado, militante partidário confesso, muito antes de se dizer ou de se autointitular representante dos municipais, é mentiroso! A reunião da COSMAM não foi sumariamente cancelada, foi apenas transferida para uma nova data e, em breve, será realizada, para que todos nós, inclusive eles, que parecem não querer aprofundar o conhecimento sobre a importância da modificação e da qualificação no atendimento dos prontos atendimentos da Bom Jesus e Lomba do Pinheiro... Eles deveriam participar no Paço, mas não vão, porque o mais fácil é criticar sem conhecer. Isto é o mais fácil: a crítica pela crítica, a irresponsabilidade que permeia muitos desses manifestantes, que, já por algumas vezes, inclusive, dilapidaram o patrimônio público e o patrimônio desta Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Uma boa tarde a todos e todas. Primeiramente, eu gostaria de fazer, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, já fizemos isso através do Ver. Adeli, na segunda-feira... Nós estamos, de segunda-feira até hoje, com a presença do nosso companheiro Billy Haag. Billy, quero te fazer uma saudação especial da tribuna, já fizemos, já tiramos fotos, mas quero dizer o quanto é importante a tua presença e a tua representação. As bandeiras que tu trazes na tua fala de posse já deixaram bem clara a tua vinculação, principalmente para a comunidade da Bom Jesus, e também as tuas lutas pelo esporte, pela educação, pelos projetos sociais em que tu te envolves, participas. É um exemplo na comunidade onde estás presente, atuando. Parabéns, seja bem-vindo! O Billy está aqui numa política de rotatividade dos mandatos que temos dentro da bancada do Partido dos Trabalhadores. E nos orgulha muito ter colegas e companheiros como o Billy, que são suplentes e já assumiram a titularidade, e outros virão. Parabéns, Billy, obrigado pela contribuição que trazes para cidade de Porto Alegre!

Mas o que nos faz subir à tribuna além dessa saudação ao nosso companheiro é uma notícia para a qual eu gostaria de pedir a máxima atenção do plenário da Câmara; foi trazida pela agência pública, agência de jornalismo investigativo. Essa agência trouxe uma notícia alarmante: em 1.396 municípios foi detectada uma série de produtos, muitos deles agrotóxicos, uma verdadeira química que

está sendo consumida pela população. O problema central disso não precisamos falar, já está comprovado, já não há mais dúvida de que muitos desses produtos químicos, muitos deles da indústria da agricultura, trazem problemas como o câncer, a malformação fetal, as disfunções hormonais e uma série de doenças que estão afetando a nossa sociedade nos últimos anos. Porto Alegre não está fora dessas 1.396 cidades do Brasil, muitas capitais em que a água está contaminada com agrotóxicos. Foram encontrados em Porto Alegre, aqui é o título da matéria, convido todos os vereadores a lerem e se informarem.

(Procede-se à apresentação de PowerPoint.)

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Aqui é o estudo de Porto Alegre. Foram encontrados 27 pesticidas na Capital porto-alegrense, 11 deles associados a doenças crônicas. Cito alguns nomes conhecidos: alacloro, atrazina, carbendazim, clordano, DDT, DDE, diuron, glifosato – tão usado na nossa agricultura infelizmente –; lindano, mancozebe, termitrina, trifluralina. A gente faz o registro, porque sabemos que, nos últimos anos, de 2014 a 2017, têm sido encontrados cada vez mais agrotóxicos na água que a população bebe. Estou falando de anos anteriores, não estou fazendo nenhuma responsabilização específica. Não é um tema de oposição, de partido; é um tema de todos nós, de todo mundo que consome, e todos consumimos a água da cidade de Porto Alegre. Também não tem nada a ver com a questão do trabalho eficiente do DMAE na Cidade. Nós sabemos que o trabalho do DMAE é um trabalho de extrema qualidade, que traz água própria para consumo, mas os agrotóxicos, os venenos não são. Eu não sou técnico da área; esses, você precisa de muito mais tecnologia e investimento para conseguir detectar, e eles foram detectados na água de Porto Alegre. Então, fica esse alerta. Nós queremos trazer esse tema para debate, trazer à luz esse tema, seja na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, seja na Comissão de Direitos Humanos, ou até mesmo numa audiência pública, para nós entendermos a água que estamos tomando em Porto Alegre. Fica esse alerta, porque sabemos que, nos últimos tempos, desde o início do governo Bolsonaro, há um aumento na permissão: em torno de 1,5 agrotóxico é liberado por dia desde que o Presidente assumiu. É uma situação alarmante, preocupante. Deixamos aqui o registro, a Câmara deverá se debruçar com muito afinco sobre esse tema. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM):** Sra. Presidente, Sras. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste; quero agradecer ao Ver. Conceição e ao Ver. Reginaldo Pujol pela cedência deste espaço de liderança. Eu volto a esta tribuna para fazer um alerta de preocupação. Nós tivemos, na sexta-feira passada,

no Rio de Janeiro, uma catástrofe, e ainda há oito desaparecidos embaixo dos prédios que ruíram pela má conservação, por se tratar de construção irregular. Era um local interdito, mas a palavra “interdito” nada significa, porque, apesar de interdito, as pessoas estavam entrando e saindo naquela situação. Nós sabemos que incêndios ou desmoronamentos podem acontecer a qualquer momento. Na segunda-feira, o mundo parou para ver a tragédia em Paris, na Catedral de Notre Dame, o mundo parou para assistir a uma grande tragédia. Pelos relatos, parece que não havia uma boa conservação do local, embora já tenham arrecadado, até a data de hoje, 700 milhões de euros para a reconstrução. Aqui nós tivemos uma grande dificuldade na reconstrução, que ainda não terminou, do nosso Mercado Público, pela falta de aporte financeiro. O Mercado sofreu um incêndio há cinco anos. Mas a minha preocupação, caminhando pelo Centro ontem e analisando, é o nosso “esqueleto”. Esse prédio tem mais de 50 anos, fica na Rua Marechal Floriano, em cima da Galeria a Nação, ao lado da Galeria do Rosário. Imaginem só: ali são 21 andares. Se ruir aquele prédio, ou parte dele, ou apenas um andar, já é uma catástrofe em Porto Alegre, Ver. Adeli, é uma catástrofe em Porto Alegre! Assim temos diversos prédios na Júlio de Castilhos, que também precisam urgente de uma reparação. Eu venho pedindo, desde 2008, agilidade. Na época, a Caixa foi parceira para participar de uma licitação, caso ele fosse desapropriado para fins de interesse social. Eu acho que agora a desapropriação é de interesse público, para evitar uma catástrofe. Há um pedido na Procuradoria-Geral do Município para que haja urgência na desapropriação desse prédio. Inclusive há interessados em revitalizar esse prédio. Caso haja a desapropriação, há empresas que vão participar da licitação para recomprar do Município e construir edifícios de apartamentos para pessoas que quiserem ali residir, e assim não dar nenhum prejuízo ao Município. Ver. Mauro Pinheiro, o senhor que é líder do governo, eu gostaria que fosse reclamada ou buscada uma agilidade na Procuradoria-Geral do Município. Já tive reunião com eles, mas eu acho que esse é um caso que não pode esperar. Nós estamos vendo em outros municípios, no Brasil e no mundo, catástrofes ocorrendo com incêndios, com desmoronamento de prédios irregulares. Aquele prédio é interdito! É interdito, mas tem gente dentro dele; é interdito, mas uma parte da galeria está sendo usada; parte do prédio, no térreo, tem comércio. “Ah, mas os comércios vão ter que fechar.” É melhor fechar com um acordo do Município e receber uma indenização do que ocorrer uma fatalidade. Antes que aconteça uma fatalidade, venho novamente pedir ao nosso governo Marchezan, ao nosso Líder do Governo que agilizem essa desapropriação. Assim poderemos ter segurança no Centro da Cidade, para as pessoas que estão na galeria e para quem ali transita. Muito obrigado, senhoras e senhores.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Minha cara Presidente Mônica, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, nossos telespectadores e ouvintes; Ver. Nelcir Tessaro, quero cumprimentar V. Exa. pela exposição feita, até porque eu estava me preparando para falar sobre isso, mas vou aproveitar a sua participação pela importância do tema. Eu moro em Porto Alegre há mais de 50 anos, e aquele prédio já estava como está hoje, na estrutura da edificação. Se foi feita alguma conservação, eu nunca vi nem ouvi dizer. Eu tive a oportunidade de conversar por diversas vezes com proprietários e com quem aluga lá a galeria, com o governo Fortunati, exatamente para tratar desse tema. Naquele prédio, Ver. Mauro Pinheiro, nós temos proprietários conhecidos que têm a documentação regular, gente da cidade de Porto Alegre, a maioria deles. Mas nós temos proprietários do espaço que não se sabe quem é. Por outro lado, temos comerciantes que – a maioria – alugam espaços de proprietários que são conhecidos. A situação é bastante complexa, porque nós temos espaços que são de proprietários que conhecemos, temos espaços que não se sabe de quem é, temos espaços que são alugados, são muitos interesses. Do que nós precisamos? Eu estou aqui para me integrar à posição do amigo Tessaro no sentido de marcarmos um encontro com a Prefeitura, com os órgãos competentes, para verificarmos uma possibilidade de acerto: uma desapropriação, como V. Exa. propõe, uma conclusão por parte da Prefeitura. Sei que é muito difícil, quase impossível, em razão da situação. Alguma coisa precisamos fazer antes que aconteça algo. Eu conheço zero de engenharia, agora, uma obra, um prédio de quase 60 anos, apenas um esqueleto, daqui a pouco, pode despencar aquilo tudo. Se ele está com uma estrutura, que se encaminhe uma negociação dos proprietários atuais com os interessados. Aquelas partes que não têm uma identificação muito clara, depois vão ser, juridicamente, definidas. Portanto, fecho na íntegra com a posição de V. Exa, estou aqui para me somar à posição de V. Exa, porque lhe confesso que eu estava, há algum tempo, pretendendo arrumar um espaço para falar sobre isso. Esses dias, eu estive num prédio que fica em frente; lá de cima, a situação e a vista daquilo são muito ruins para todos nós. Além de ruim, o perigo que nós temos ali é imensurável. Acompanho qualquer iniciativa de V. Exa. nesse sentido. Obrigado.

(Não revisto pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Ver.<sup>a</sup> Mônica, colegas, caríssimos colegas do PSOL e do PT; Ver. Roberto Robaina, líder da oposição, que me passa este tempo para que eu possa me expressar. Como já fiz dias atrás, sou novamente obrigado a fazer um giro pelos problemas da Cidade. Nós somos vereadores que não fugimos dos grandes debates, das grandes contendas políticas e ideológicas, no entanto, há contendas em que precisamos pontuar os problemas da Cidade. Repito o que já disseram dois colegas: o “esqueleto” na Praça XV, na boca da Rua Marechal Floriano Peixoto, prédio

que está lá do mesmo jeito que estava em 1965 e que, mais dia, menos dia, cairá. Dizem os técnicos que a estrutura não tem problemas, dizem as pessoas que praticamente nunca se pagaram tributos, a não ser os comerciantes que ocupam uma parte do térreo. Estes sim serão os grandes prejudicados, assim como a população de Porto Alegre, e as mortes que poderá haver. Quiçá evitemos.

Quero fazer uma homenagem à memória do Ver. Vendruscolo, que, assim como eu e outros, batemos nessa tecla. É um escândalo! Nós temos, felizmente, Tessaro e Ferronato, desde dezembro, a Comissão de Arrecadação na Prefeitura, com base no Código Civil, art. 1.276: não pagou imposto, tem três anos, dá mais um prazo e arrecada. Não tem choro nem vela, é lei, é isso que a Prefeitura tem que fazer! Eu proponho a quem estiver na CUTHAB – ou em qualquer comissão, a CEFOR poderá discutir isso, é uma questão de finanças, imposto, débito, ou qualquer uma das comissões – estarmos juntos trabalhando essa questão. Esse deveria ser um tema do governo, da Câmara e da sociedade civil organizada. Deveria! Tem que ser, Mauro Pinheiro, Moisés. Vocês têm que assumir essa questão que nós trazemos hoje aqui. Tessaro, Ferronato e Adeli, inclusive eu falo pela oposição, porque sei que todos nós temos preocupação com a vida. O “esqueleto” é um atentado à vida no Centro Histórico de Porto Alegre.

Outro atentado contra tudo e contra todos é a Casa Azul. A mesma coisa poderia ter sido feita, não foi feita, foi feita uma negociação com pessoas que não têm boa-fé, não têm boa-fé! Nem a boa-fé subjetiva, aquela do coração, nem a boa-fé objetiva. Fizeram um acordo com a Prefeitura, e não está sendo cumprido, não foi feito nada até agora. Os comerciantes da Riachuelo e da Marechal Floriano estão sofrendo barbaramente. As pessoas que circulam no Centro Histórico estão sofrendo barbaramente por causa daquele prédio. É um prédio tombado, não pode ser derrubado. E tem mais: temos que olhar para a Confeitaria Rocco, foi dinheiro da Lei de Incentivo, eu sei que tem um litígio, mas nós não podemos passar mais 20 anos vendo a Confeitaria Rocco, um patrimônio histórico da Cidade fechado. Foi lembrada aqui a questão da Notre Dame, em contraposição, inclusive, aos infortúnios praticados pelas milícias do Rio de Janeiro. Não é tragédia, é infortúnio. A tragédia, a gente não tem controle sobre ela; lá teria controle, teria que ter controle, como é o caso de Brumadinho, como é o caso de Mariana, como é o caso dos jovens do Flamengo, no Rio de Janeiro. Como é o caso do infortúnio da Kiss, tem responsável, tem dolo, tem crime. Qualquer coisa que acontecer no prédio, no “esqueleto”, é criminoso, porque alguém não tomou as devidas medidas. Em nome da Cidade, pelo bem da Cidade, falei em nome da oposição, essa é a nossa palavra.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PSC):** Sra. Presidente, Srs. Vereadores, plateia, você que nos assiste pela TVCâmara; tivemos dias de debates, trocas de ideias, alguns debates mais acalorados, outros, menos, enfim, isso faz parte da democracia. Meu pai dizia: “Defenda sua opinião, suas ideias, sempre respeitando a opinião contrária, aquele que pensa diferente de você. Todos buscam seus direitos, todos buscam aquilo que sonham para si”.

Eu quero destacar uma matéria que saiu no jornal Zero Hora há poucos dias: a questão dos recursos de multas. O número de pedidos de recurso contra as multas aplicadas no trânsito pela EPTC saltou de 28.900 para 56.300. Nós vivemos uma crise longa, duradoura, talvez uma das maiores da nossa história e sabemos da dificuldade de manter um carro: o IPVA, a própria manutenção, o seguro – na insegurança em que vivemos –, mais as multas que devem ser pagas. Nessa crise vemos a dificuldade, inclusive, do próprio comércio. Quero chamar atenção sobre a reflexão que temos que fazer diante da crise econômica. Vemos vereadores citando o caso de prédios que estão deteriorados, porque o poder público não consegue mantê-los. A crise atingiu não só as empresas públicas e privadas, mas a população menos favorecida. Nós, que convivemos com as pessoas, vemos as dificuldades que todas estão vivendo nas suas casas com relação aos seus próprios recursos. Nós temos que entender que precisamos de uma reflexão profunda de ensinamentos das questões de finanças, o que não é ensinado nem nas famílias, nem nas escolas. Nós vemos, na população brasileira, em torno de 62 milhões de inadimplentes, sendo que, só em Porto Alegre, são mais de 350 mil inadimplentes, quase um terço da população. É uma crise que atinge todos, Ver. Freitas, e nós, como legisladores, precisamos fazer essa reflexão, porque vemos que as pessoas estão gastando mais do que ganham justamente por falta de orientação, essa reflexão precisa ser feita.

Por outro lado, quero parabenizar o Ver. Moisés por ter sido eleito para a presidência do partido. Ao mesmo tempo, quero destacar coisas boas, como o trecho 3 da orla do Guaíba, o 4º Distrito, os projetos estão sendo feitos e também o novo sistema de iluminação para Porto Alegre. Essas inovações que estão sendo feitas não eliminam os problemas da Cidade, mas são coisas boas, são notícias boas para Porto Alegre.

Encerro a minha fala, Sra. Presidente e Srs. Vereadores, desejando que esta semana de Páscoa seja uma semana de reflexão para todos. Que possamos entender que nós não somos vereadores, nós estamos vereadores; nós somos seres humanos, sabemos que existe um ser maior, um Deus, a quem nós servimos. Eu quero desejar, em nome da minha bancada, em nome do PSC, uma feliz Páscoa e que Deus possa abençoar a todos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Solicito ao Ver. Mendes Ribeiro que assuma a presidência dos trabalhos.

(O Ver. Mendes Ribeiro assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, demais cidadãos nas nossas galerias; gostaria de fazer uma fala sobre a presença que nós tivemos ontem, na Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul, do Observatório Social de Porto Alegre. Foi muito ilustrativo. Aliás o Observatório Social de Porto Alegre tem feito um trabalho voluntário há muitos anos na nossa Cidade, um trabalho digno do nosso respeito, consideração e agradecimento, enquanto pagadores de impostos deste Município, pela racionalização dos recursos, pelo auxílio na fiscalização e na economia do nosso orçamento.

Ontem apresentaram os resultados do último quadrimestre do ano anterior. Com o fechamento desse quadrimestre, chamou atenção o seguinte: foram R\$ 66 milhões economizados pela Prefeitura por meio de apontamentos feitos pela equipe do Observatório Social em licitações, lembrando que, nos anos anteriores, os montantes foram também bastante significativos. Tivemos, nos últimos quatro anos, mais de R\$ 400 milhões em economia oriundos desses apontamentos que o Observatório Social vem fazendo, trazendo e apresentando na Câmara Municipal através da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul. Guardem este dado: R\$ 66 milhões economizados por meio dos apontamentos do Observatório Social com a melhoria nas licitações realizadas.

Temos em Porto Alegre um outro local onde nós temos uma grande oportunidade de economia de recursos públicos. É aquele que a gente vem falando desde a campanha eleitoral de 2016 e, há pouco, foi tema nos nossos jornais: a nossa Carris. Foram projetados R\$ 19 milhões de prejuízo no último ano, mas vem melhorando suas contas. É preciso reconhecer o trabalho que vem fazendo a presidente Helen à frente da nossa estatal, mas não podemos ignorar os R\$ 19 milhões de prejuízo. Muito embora seja melhor do que os R\$ 40 milhões de prejuízo do ano anterior, ou os R\$ 70 milhões de prejuízo dos anos anteriores, em nenhum momento, passa a ser bom. A gente soma esses R\$ 20 milhões, aproximados, da Carris com os R\$ 66 milhões oriundos de apontamentos feitos pelo Observatório Social, que redundaram em economia de recursos em licitações, aí nós temos quase R\$ 90 milhões, o que é superior ao que a Prefeitura pretende arrecadar com o seu projeto do IPTU. Aí novamente reforço o meu ponto, desde o princípio deste mandato, de que Porto Alegre não sofre com problema de arrecadação, mas com problema de despesas. Nós estamos discutindo diversos projetos que tratam das nossas contas de despesas e de gastos. Fizemos uma avaliação dos avanços salariais do serviço público, fizemos recentemente a aprovação do projeto de concessão de parques e praças, devemos ter uma nova avaliação sobre a licença-prêmio, dentre outros temas que reavaliam a nossa estrutura de gastos. Agora, esse projeto do IPTU que está posto na Prefeitura, e que ela não aceita nenhuma melhoria no projeto para que não haja aumento de arrecadação, mas apenas correção das injustiças, esse não é possível conceder. Esse é o manifesto da minha total

contrariedade, e mantenho a minha posição contrária, porque acho que não existe, não tem cabimento. Aí trago esses dados do Observatório Social e da Carris para mostrar como uma boa gestão já consegue trazer economia de recursos, uma gestão em que a gente consegue refinar os gastos, consegue fazer com que a gente tenha maior folga no nosso orçamento. Um outro bom exemplo que eu faço questão de trazer de boa gestão, que muitas áreas da Prefeitura estão fazendo, é a nossa Secretaria Municipal da Saúde. Estive lá pela manhã falando com o secretário Pablo e com o secretário adjunto Natan. Os dados estão aí para comprovar a boa gestão na saúde, têm sido economizados recursos para a Prefeitura de Porto Alegre e, ao mesmo tempo, ampliada a capacidade de atendimento do nosso Município. Nós temos, por exemplo, nessa questão da terceirização, que é muito polemizada, uma excelente oportunidade de ampliar o atendimento médico em Porto Alegre com o mesmo volume de recursos, ou inferior. Esses são os exemplos que a gestão pública municipal deve buscar, não o aumento de arrecadação por meio do IPTU. O contribuinte já contribui demais, inclusive, nem deveria ser chamado de contribuinte, como Millôr Fernandes bem disse, quando você não tem escolha de contribuir ou não, você não pode ser chamado de contribuinte. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Sr. Presidente, Ver. Mendes Ribeiro; colegas vereadores; queria compartilhar com os colegas, com o público que nos assiste através da TVCâmara e da nossa rádio Câmara e também com o público que está nas galerias uma visita que fizemos esta semana, na segunda-feira, ao Cerepal. Levamos, em dois carros do nosso gabinete, tampinhas para aquela instituição, que, no ano passado, na campanha que fez, conseguiu reformar todo o centro de reabilitação que o Cerepal tem na Zona Norte da nossa Cidade. Além disso, conseguiram concluir o parque acessível que o Cerepal tem, possibilitando a crianças e adultos que lá frequentam ter acesso a esse parque, a essas unidades de brinquedos. Neste ano, todas as tampinhas recolhidas têm por objetivo concluir a hidroterapia, já que essa instituição está, desde o início do ano, sem receber os repasses do Fundeb. É uma instituição que existe há mais de 55 anos, que recebe crianças e adultos da nossa Cidade e de todo o Estado para fazer recuperação e trabalho de reabilitação. Eu convido todos os colegas para participarem do galeto que vai ter lá no dia 5 de maio.

Quero fazer o registro desta visita que fizemos e também falar sobre o que saiu na imprensa hoje a respeito da retirada de umas casinhas de cachorro que estão na calçada, porque atrapalham o tráfego de pedestres. Aí nós fizemos um questionamento: essas casas onde se encontram os cachorros atrapalham o pedestre. Mas, semana passada, nós mostramos o exemplo de uma calçada da nossa Cidade que tem telefone público, que tem bicicletas e que tem patinetes. Tem algumas que tem até contêiner de

lixo, que atrapalham o bem andar do povo de Porto Alegre, principalmente das pessoas com deficiência. Eu acho que a nossa Prefeitura, através das secretarias, não somente a secretaria que trata da pasta, acho que o todo deveria fazer uma *blitz* nas calçadas de Porto Alegre e tirar os contêineres de cima das calçadas. Não falo nos postes, tem uma lei do Ver. Airto Ferronato que já prevê retirar os postes e enterrar todos os fios, mas tirar toda forma de operação que dificulte o trânsito dos pedestres principalmente com o tempo que nós tivemos ontem. Com a chuva como estava ontem, a gente sabe que as pessoas usam as calçadas, e muito. Então, não seriam somente as casinhas dos cachorros que estão lá na Zona Norte de Porto Alegre que estariam atrapalhando as calçadas. Nós temos várias operações que estão em cima das calçadas, atrapalhando o ir e vir das pessoas nos bairros, no Centro da nossa Cidade.

Isso sem falar num problema da nossa Cidade – os vereadores que foram secretários da SMIC muito atuaram nesta causa: Ver. Idenir Cecchim, Adeli Sell, Valter Nagelstein –, que é a questão da informalidade, que tomou conta do Centro, que, ao invés de resolver o problema do desemprego, gera mais desemprego, competindo com o emprego formal, competindo com as pessoas. E a gente vê, colegas vereadores, chegam caminhões e caminhões espalhando produtos, desde frutas até produtos que se dizem importados – aparelhos de barba, espumas de barba, roupas, coisas que não conseguem fazer no fundo de casa.

Muitas vezes, pela experiência do Adeli, do Cecchim, do Valter, do Ricardo Gomes, que foram secretários, são produtos oriundos de cargas roubadas, produtos oriundos de mercadorias ilícitas, explorando as pessoas na laje, como se diz, explorando as pessoas num emprego completamente irregular, num emprego que nem é informal, num emprego que é a exploração, porque as pessoas largam aqueles produtos e, no final do dia, voltam arrecadando dinheiro, um verdadeiro trabalho escravo. Não são só as casinhas dos cachorros, mas várias coisas que estão nas nossas calçadas, desde a informalidade desse trabalho desumano que acontece na nossa Cidade, até o final, que é a casinha do cachorro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP):** Presidente Mendes Ribeiro, vereadores, vereadoras; o Ver. Adeli, que é um vereador atuante, falou sobre vários assuntos importantes da nossa Cidade, dentre eles, sobre o “esqueleto” da Rua Marechal Floriano. O Ver. Adeli é meu colega já há um bom tempo, e nós aprovamos um projeto de lei nesta Casa permitindo que os imóveis inacabados tivessem o mesmo índice da aprovação do projeto. Tristemente, praticamente nenhum dos imóveis inacabados em Porto Alegre aproveitaram essa lei. Tinha prazo, é evidente, para a obra ser reiniciada, mas, tristemente, não foi aproveitada essa oportunidade que nós estávamos dando. Era até justo que tivesse o mesmo índice construtivo, para que as obras continuassem e

finalmente fossem terminadas, especialmente porque, no centro de Porto Alegre, eram três ou quatro prédios inacabados.

Falou também sobre a Confeitaria Rocco. Nós realmente precisamos que os herdeiros se conscientizem de que não adianta pedir valores milionários para que esse prédio tombado, importante na história da nossa Cidade, seja atualizado, reformado, revitalizado e, se possível, até passado para outros proprietários, para que invistam nesse assunto. Tristemente, os empreendedores de Porto Alegre não têm aproveitado essas oportunidades importantes.

Eu tenho boas notícias para transmitir aos nossos munícipes. Ontem, numa reunião longa com o Ministério Público, pelo que sei, com duração de sete horas, foi aprovada a continuação das obras próximas à Arena do Grêmio: a expansão, a revitalização da Rua A.J. Renner, que, finalmente, vai ser expandida, alargada, dando a possibilidade de um acesso mais fácil à Arena, à rodovia 448 e, também, para se ter uma via alternativa para Canoas. É uma decisão muito importante que vai trazer melhorias a Porto Alegre, especialmente aos bairros Humaitá e Farrapos.

Também temos a boa notícia do lançamento do edital do trecho 3 da nossa orla, que será dedicado, Ver. Hamilton Sossmeier, basicamente ao esporte e lazer. Será uma obra de R\$ 57 milhões, que irá trazer muito boas condições de lazer e de esporte a nossa Cidade.

Eu queria também aproveitar esta oportunidade para transmitir aos meus colegas e à população de Porto Alegre os votos de uma feliz Páscoa. Nunca podemos esquecer que a Páscoa é a ressurreição de Cristo, que veio trazer uma oportunidade de salvação para o nosso mundo. Desejo aos meus colegas e aos munícipes uma feliz e abençoada Páscoa em nome da bancada do Partido Progressista.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** Ver. Mendes Ribeiro, que preside esta sessão, demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara e que nos acompanha nas galerias; venho falar principalmente para os nobres vereadores, dizendo que ontem foi um dia bastante importante na cidade de Porto Alegre, mostrando o rumo do nosso governo municipal, do nosso Prefeito Marchezan. Tivemos ontem assinaturas de encaminhamentos importantes, como aqui já se falou, sobre as parcerias público-privadas, sobre contratualizações, Ver. Felipe Camozzato. Ontem foram assinados convênios bastante importantes do edital dos Prontos Atendimentos da Lomba do Pinheiro e da Bom Jesus. Alguns vereadores questionam, e a própria população, às vezes, tem dúvidas quanto a essa contratualização. Na verdade, é uma contratualização. Quando se questiona das dificuldades que pode ter uma contratualização, quero lembrar ao senhor e à senhora que estão em casa que temos várias contratualizações no município de Porto Alegre que

todos nós conhecemos. Por exemplo, temos a Santa Casa de Misericórdia. Existe no Brasil inteiro, Ver. Hamilton, é uma contratualização. A Prefeitura Municipal de Porto Alegre tem uma relação com a Santa Casa, que presta serviço para a população e é reembolsada pelo Município de Porto Alegre. O serviço que ela presta à população, principalmente para as pessoas que não têm condições financeiras, é totalmente público. Ela é uma entidade sem fins lucrativos que presta serviço ao município de Porto Alegre, assim como no Brasil inteiro. É a mesma forma de contratualização que está se buscando para os prontos atendimentos da Lomba do Pinheiro e da Bom Jesus. O Hospital Independência, ali na Rua Antonio de Carvalho, também é uma contratualização do Município com uma outra entidade que presta serviço à população, um serviço público, por uma empresa não pública, mas sem fins lucrativos. Então, essa é uma experiência que já se faz, porém, muitas vezes, o cidadão não se dá conta. Então, é o que estamos buscando nos Prontos Atendimentos da Lomba do Pinheiro e da Bom Jesus. Inclusive, no Pronto Atendimento da Lomba do Pinheiro, hoje há uma contratualização com o Hospital São Lucas, da PUC, que presta serviço para a população da Lomba do Pinheiro. O que está se buscando é dar mais agilidade no atendimento, colocar mais médicos, mais atendimentos, mais serviços para a população. Através desse edital, será buscado um parceiro, terá um contrato. O que a Prefeitura vai fazer é, em vez de supervisionar as pessoas, supervisionar um contrato, fiscalizando, cobrando, com os servidores do quadro do município de Porto Alegre, que o serviço seja bem executado e que a população seja bem atendida. Essa é a nossa intenção. Com certeza, quem vai sair ganhando é a população de Porto Alegre.

Também ontem foi assinado o edital do trecho 3 da orla do Guaíba, sobre o qual já escutei pessoas falando, criticando, inclusive no meu Facebook, dizendo que agora vai ter que pagar ingresso para ir no trecho 3 da orla, que vai ser privatizada a orla. As pessoas que estão falando isso estão enganando, estão mentindo para a população, porque, inclusive, o trecho 3 da orla do Guaíba será feito com recursos, com financiamento público. A orla do Guaíba vai ser totalmente pública para todo cidadão e toda cidadã da cidade de Porto Alegre, assim como o projeto de concessão de parques e praças, que foi aprovado nesta Casa, pelo qual também não será cobrado nenhum tipo de ingresso. As pessoas ficam criando factoides para fazer política baixa e não a boa política, que esclarece a população, esclarece o povo sobre a preocupação de ter um estado com melhor atendimento, com parcerias público-privadas, com concessões públicas, com contratualizações. O importante para a população não é ser estatal, é as pessoas terem um bom atendimento, com locais adequados para seu lazer, para suas atividades; que a Prefeitura de Porto Alegre possa buscar recursos privados para dar um bom atendimento público à população de Porto Alegre. Portanto, ontem foi um dia que deveria ser celebrado pelos ótimos editais que foram lançados pela Prefeitura de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro. Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0142/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/19**, de autoria do Ver. Engº Comassetto, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao senador Paulo Renato Paim.

**PROC. Nº 0029/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 018/19**, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 8.584, de 2 de agosto de 2000 – que determina percentual mínimo e máximo de mulheres e homens no provimento dos órgãos colegiados, cargos em comissão e funções gratificadas da Administração Direta e Indireta do Município de Porto Alegre –, alterando o percentual de provimento aplicado a cada sexo.

**PROC. Nº 0050/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 030/19**, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que regulamenta o uso e a disponibilidade de patinetes elétricos no Município de Porto Alegre. **Com Emenda nºs 01 a 04.**

### **2ª SESSÃO**

**PROC. Nº 1402/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 187/18**, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que inclui § 6º no art. 5º da Lei nº 9.875, de 8 de dezembro de 2005 – que dispõe sobre o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, cria o comitê gestor de Parcerias Público-Privadas do Município de Porto Alegre (CGPPP/POA) e autoriza o Poder Executivo a instituir Fundo de Garantia de Parceria Público-Privada (FGPPPM) –, estabelecendo regras para a parceria público-privada que tenha como objeto a construção, a ampliação, a manutenção, a reforma e a gestão de instalações de uso público em geral, bem como de vias públicas e de terminais municipais, incluídas as recebidas em delegação, do Estado ou da União.

**PROC. Nº 0003/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 003/19**, de autoria do Ver. Professor Wambert, que determina a criação de repositório de julgados dos recursos apresentados às notificações de infração por meio da Junta Administrativa de

Recurso de Infração (JARI) da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC).

**PROC. Nº 0016/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 011/19**, de autoria do Ver. Paulinho Motorista, que concede o título de Cidadã Emérita de Porto Alegre à senhora Iara Regina Garcia de Souza Pereira.

**PROC. Nº 0022/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 015/19**, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que obriga os bares, os restaurantes e os estabelecimentos similares a servir água potável para consumo gratuito por seus clientes.

**PROC. Nº 0047/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 028/19**, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, que inclui inc. III no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.514, de 31 de janeiro de 2019 – que proíbe a distribuição e a venda de canudos flexíveis plásticos descartáveis em restaurantes, bares, lanchonetes, quiosques e estabelecimentos similares, ou por ambulantes, no Município de Porto Alegre –, permitindo a distribuição e a venda nos locais que contarem com coleta seletiva.

**PROC. Nº 0055/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004/19**, de autoria do Ver. Paulinho Motorista, que concede a Comenda Porto do Sol ao Esporte Clube São José.

**PROC. Nº 1383/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 175/18**, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que obriga as empresas de engenharia, arquitetura ou agronomia, bem como o profissional autônomo, que celebrarem contrato com os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Porto Alegre para a realização de obras, projetos e serviços a apresentar apólice de seguro de responsabilidade civil profissional. **Com Emenda nº 01.**

**PROC. Nº 1404/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 188/18**, de autoria do Ver. José Freitas, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Alexandre Hernandes Mota.

**PROC. Nº 0002/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 002/19**, de autoria do Ver. Professor Wambert, que obriga a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) a disponibilizar, em seu sítio eletrônico, o código de rastreamento da carta de notificação de aplicação de multa e da autuação de infração.

**PROC. Nº 0023/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 016/19**, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que altera a ementa e os arts. 1º e 3º, inclui os arts. 1º-A, 3º-A e 3º-B e revoga o art. 2º, todos da Lei nº 6.809, de 28 de fevereiro de 1991, dispondo sobre a inclusão de atividades pedagógicas relativas à educação para o trânsito nas escolas da Rede Municipal de Ensino.

**PROC. Nº 0078/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 041/19**, de autoria

do Ver. Mauro Pinheiro, que concede o título de Cidadã de Porto Alegre à senhora Adriana de Melo Ribeiro.

**PROC. Nº 1391/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 026/18**, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que suprime os traçados viários projetados para prolongamento da Rua Eng. Otávio Furtado e da Rua Eng. Otacílio Oliveira, nos trechos compreendidos entre a Rua Ladislau Neto e a Avenida Cel. Pedro Augusto Bittencourt.

**PROC. Nº 1387/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 178/18**, de autoria do Ver. Comissário Rafão Oliveira, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao médico pneumologista Paulo Roberto Goldenfum.

**PROC. Nº 1410/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 192/18**, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Ubiratan David Sanches Fernandes.

**PROC. Nº 0037/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 023/19**, de autoria do Ver. Comissário Rafão Oliveira, que assegura a Assistência Jurídica Gratuita (AJG) para servidores da Guarda Municipal, agentes de fiscalização de trânsito e transporte da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) e agentes de fiscalização da Prefeitura Municipal de Porto Alegre que, no exercício da função, são submetidos a ações criminais e cíveis.

**PROC. Nº 2403/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 049/17**, de autoria do Ver. Comissário Rafão Oliveira, que concede a Comenda Porto do Sol ao senhor delegado Ranolfo Vieira Junior.

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Não há vereadores inscritos para discutir a Pauta. Encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h24min.)

\* \* \* \* \*